

As reações que criam obstáculos à Reforma Litúrgica

Conferência de Sua Eminência, o Cardeal Giacomo Lercaro

No dia 01 de março [de 1965], às vésperas da aplicação da reforma litúrgica¹, o Cardeal Lercaro, arcebispo de Bolonha e presidente do Consilium para a aplicação da Constituição sobre a Liturgia, fez a seguinte exposição, em Bolonha, diante de seu clero e dos responsáveis leigos dos movimentos de sua diocese.

Parece-me necessário, ou ao menos oportuno, que eu vos faça conhecer as reações suscitadas um pouco em toda parte pelo anúncio da reforma litúrgica. Estas reações apresentam dois aspectos opostos, os quais, tanto um como outro, embora de maneira diversa, criam obstáculo aos objetivos da reforma.

A Constituição da Liturgia não é a doutrina de uma escola [em particular]

Primeiramente, devo recordar que a reforma foi desejada pela Constituição sobre a Liturgia, a qual foi aprovada por quase unanimidade pelos Padres do II Concílio Ecumênico do Vaticano e pelo Soberano Pontífice, o qual uniu seu voto determinante aos dos Padres.

A doutrina expressa nessa Constituição não é, portanto, o ensinamento ou a opinião de uma escola, por mais respeitável que seja, mas é a doutrina autêntica da Igreja. As reformas que resultam desta doutrina são queridas pela totalidade do episcopado, e foram "aprovadas, confirmadas e decretadas" pelo Soberano Pontífice.

Ainda que, deliberadamente, o Papa e o Concílio tenham se abstido de toda definição dogmática e de todo anátema, é sempre verdade que tal documento é um ato solene e extraordinário de seu magistério e de sua autoridade, de seu poder de "ligar e desligar".

Dissemos isso para que não se esbarre no erro que consistiria em ver na reforma litúrgica algo como que a tentativa de um grupo de gênios apaixonados que queriam impor suas ideias na Igreja, ou de considerar as reformas já decididas como um encorajamento a ir mais longe e sem disciplina, como se a reforma tivesse consistido em abrir as comportas de uma barragem.

Com efeito, como já disse, as reações vêm de dois lados opostos.

OS QUE CONSIDERAM A REFORMA COMO NOCIVA

Fixar-me-ei primeira e brevemente sobre as reações que eu chamaria "negativas", vindas de pessoas e ambientes que consideram a reforma como nociva para a Igreja e para as almas, experimentam repugnância no que diz respeito a ela ou a acolhem a contragosto e sem convicção.

Por trás dessas atitudes, pode-se encontrar aí um farisaísmo mal disfarçado ou um espírito anticlerical que aproveita todas as ocasiões para se manifestar, mas, normalmente, são a consequência de um fenômeno psicológico que é, se não justificável, pelo menos compreensível.

Ignorância e rotina

Na base, há aí sempre e antes de tudo uma insuficiência doutrinal, um fenômeno de ignorância: ignorância do que é a Igreja e da forma com que o Senhor nos salva, ou - o que é frequente e historicamente explicável - ignorância do que é a Liturgia, e em particular a Missa; ignorância do valor que a Palavra de Deus assume em nossa vida e para a vida do mundo; ignorância da realidade transcendental encarnada na comunidade eclesial, do elo de caridade sobrenatural que une o Corpo místico de Cristo e de suas exigências comunitárias; ignorância da participação do cristão leigo nas funções sacerdotais, proféticas e reais de Cristo, e, portanto, ignorância de seus direitos e de seus deveres; ignorância do desenvolvimento da liturgia depois de Cristo e dos apóstolos até nós...

A esta insuficiência doutrinal ajunte-se, sobretudo aos de mais idade, a força da tradição (não da Tradição autêntica, que mantém o espírito das instituições, mas da tradição de vida curta) e a força do hábito, da "rotina", donde cada um de nós sabe como é duro de nos desfazer; uma nostalgia que acompanha tanto as

¹ N.T. Entrada em vigor da Instrução INTER OECUMENICI, ou seja, do Ordinário da Missa com as modificações ordenadas pela Instrução.

recordações mais caras quanto as mais distantes; frequentemente, também, uma repulsa instintiva, uma desconfiança de tudo que pareça novo, como se o novo fosse suspeito por si mesmo.

Estes aí são fenômenos naturais que, quase sempre, podem se reduzir a fatores sentimentais. Mas quando eles se acentuam, alguém pode se encontrar na desagradável necessidade de fazer um esforço, de sair deste estado de quietude interior e exterior ao qual se esteve habituado.

Não hesitamos em dizer que, sem as aprovar, compreendemos estas reações e não as formalizamos. Toda reforma as encontra e encontrará. Fenômenos análogos se produzem todo dia nos muitos outros domínios da vida familiar ou social.

Não formalizamos essas resistências. Nem lhes damos exagerada importância porque a experiência cotidiana basta para nos mostrar como elas são efêmeras: as novas gerações, as pessoas novas que aparecem na cena da vida do mundo, entram sem esforço, com uma serena e alegre compreensão, no espírito e nas formas da renovação da vida litúrgica.

Mas há um aspecto sobre o qual as reações negativas podem não ser preocupantes, mas requerer atenção: aquele - sempre sob o impulso de uma sentimentalidade interior que pode ser inconsciente - de que elas se apoiam sobre realidades valoráveis e certamente dignas de consideração, até merecedoras de ser atenciosamente ponderadas.

A questão do latim

Entre as realidades, das quais ninguém poderia negar o valor, está o latim, não somente porque seu uso na liturgia ocidental remonta a uma antiguidade venerável e porque ele conserva autenticamente o inestimável tesouro dos escritos patrísticos do Ocidente e das escolas teológicas; mas também o latim litúrgico possui efetivamente uma nobreza uma dignidade, e ao mesmo tempo uma simplicidade extraordinária que o torna extremamente apto para exprimir os sentimentos da alma e da comunidade cristã.

Porém, dizendo de forma adequada, o latim não está completamente eliminado da liturgia, da Missa - e continua até conservado integralmente em várias circunstâncias - e sobretudo do Ofício Divino que, sendo mais especialmente a oração do padre e do monge, permanece inteiramente em latim.

Quanto ao tesouro da patrologia e da teologia, ele permanece intacto e sempre acessível aos eruditos e, no mais, até agora, ele jamais foi aberto a não ser aos eruditos.

Mas nós também devemos levar a palavra de Deus ao povo, o qual não compreende o latim, mesmo na Itália. São Paulo disse que devemos levar a única palavra de salvação "aos doutos e aos ignorantes", e é sobretudo na liturgia que a palavra divina é comunicada por Deus aos seus filhos, viva e atual, graças à Igreja de Cristo que foi constituída sua depositária e intérprete.

É evidente que diante do bem espiritual de seus filhos, dos quais a maioria, com os desenvolvimentos da história, não conhece mais a língua de seus ancestrais, a Igreja adota hoje a língua que se tornou a de cada um, a fim de que "compreendendo creiam, e, crendo, sejam salvos".

A catolicidade da Igreja - que, de resto, admitiu depois dos primeiros séculos a multiplicidade de línguas -, longe de sofrer, é melhor posta em evidência pela exclusão de toda pretensão de se querer latinizar ou ocidentalizar o mundo inteiro. A única e imutável verdade divina, junto com o único sentido de Cristo, exprime-se em todas as línguas, como se nos manifestou pelo prodígio de Pentecostes e do dom do Espírito Santo.

É também uma tradição que remonta aos apóstolos o celebrar a liturgia na língua falada. Os apóstolos, ingressando no mundo helênico, substituíram o aramaico pela "língua comum", que era o grego. Em seguida, no Ocidente, onde o uso do grego se perdeu, este foi substituído pelo latim que, por sua vez, tornou-se a língua comum da Europa ocidental; ele permaneceu, mesmo onde apareceram as línguas romanas, as quais eram consideradas como "línguas vulgares" e, por consequência, indignas de exprimir os textos litúrgicos. Ele ainda permanece, mas por razões extrínsecas, onde os novos dialetos foram elevados à dignidade de língua. Diante da divisão provocada pelo protestantismo, a Igreja sentiu a necessidade de reforçar os laços de unidade e, além da unidade de doutrina e de disciplina, ela viu na unidade da língua latina um elemento suplementar de coesão.

Todavia, hoje, o período histórico que chamamos pós-tridentino se fechou. Os elementos mutáveis e temporais que foram estabelecidos para responder às exigências dos tempos sofrem hoje uma mutação em virtude do mesmo critério, isto é, responder às novas exigências dos novos tempos.

Quanto ao Oriente, que não conheceu as vicissitudes históricas do Ocidente, continuou-se a assumir na liturgia a língua dos povos que encontrava em seu processo de evangelização: siríaca, grega, eslavônia, romena, árabe, as línguas dos malabares...

A reforma, então, não retira nada à dignidade e ao estudo do latim cristão e, ao mesmo tempo, não contraria a tradição e nem a catolicidade da Igreja. Pelo contrário, responde eficazmente às necessidades das massas, e sobretudo dos humildes, eliminando o que poderia aparecer como um privilégio das gentes instruídas e iniciadas, dos "clérigos", como se disse na Idade Média. Se a missão de Jesus, e, portanto, da Igreja, é evangelizar os pobres, o uso da língua comum é certamente um elemento pastoral não-negligenciável para esta evangelização.

A música sacra

Um outro valor digno do maior respeito, e sobre o qual podem se fundar reações negativas de alguns, é a música sacra que, na Igreja latina, está bastante ligada ao latim, mas não de forma exclusiva, dado que em certos países de rito romano existe igualmente cantos populares em língua nacional.

Todos sabem da estima que a Igreja sempre teve pela música sacra, "serva", certamente, mas primeira e quase indispensável serva da liturgia. Ninguém ignora sua solicitude pelo seu tesouro do canto gregoriano, considerado como o primeiro, como a exemplar expressão musical da liturgia, mas também pelo canto polifônico clássico, e igualmente pela música moderna, naquilo em que ela responde aos critérios do espírito religioso e às exigências específicas do culto católico.

Hoje em dia, poderá parecer que este imenso tesouro multissecular está a ponto de ser enterrado, deixando para trás um vazio que nada poderá preencher.

Mas queremos, antes de tudo, deixar claro que, onde o latim permanece nas partituras corais, a melodia gregoriana também o faz. No mais, onde certas circunstâncias exigirem uma liturgia em latim - por exemplo, nas grandes assembleias dos congressos internacionais, nas igrejas que, por sua natureza, são abertas a todas as línguas, como é o caso, por exemplo, da Basílica de São Pedro -, a música conservará as mesmas possibilidades que no passado; passado que, aliás, viu novas expressões musicais substituindo outras progressivamente, segundo a evolução dos gostos. Por outro lado, um campo imenso se abre aos compositores para adaptarem novas melodias aos textos traduzidos; ademais, com este autêntico sentido da catolicidade que não pretende ocidentalizar as formas, mas - no quadro de uma verdadeira inspiração religiosa cristã - deixa às diferentes civilizações, culturas e tradições, o cuidado de exprimir em sua linguagem - igualmente em sua linguagem musical - a única verdade divina.

A arquitetura das igrejas

O mesmo, com mais razão, deve e pode ser dito das artes figurativas, e particularmente da arquitetura. Aí também, alguns se dizem descontentes com a reforma, como se ela devesse trazer prejuízo aos preciosos tesouros de arte multisseculares. Evidentemente, procurou-se argumentos aparentemente objetivos para justificar os sentimentos. Mas nada é de graça. Se é verdade que depois de tantos séculos nossas igrejas não respondem mais plenamente a todas as exigências da liturgia, e que somente uma arquitetura nova, que retoma os temas da arquitetura cristã primitiva, pode criar o espaço sacro ideal, é igualmente verdade que as exigências essenciais e mais profundas da liturgia encontram ainda uma resposta adequada igualmente nas igrejas do passado. E é igualmente verdade que as regras litúrgicas da reforma dão prova de uma oportuna flexibilidade, como por exemplo as que autorizam a leitura da palavra divina junto à sede, ao ambão, à mesa da comunhão ou ao altar, "contanto que Cristo seja pregado", isto é, atentando-se, antes de tudo, que a palavra de Deus possa ser entendida.

A reforma, portanto, não destrói nada, mas se insere de uma forma extremamente exemplar e razoável nas realidades válidas do passado.

Assim, pois, mesmo que persistam por qualquer tempo, as reações negativas são chamadas de disparate, em virtude da lei natural do desenvolvimento histórico, e por causa da falta de consistência dos motivos aos quais se agarra a nostalgia do passado para encontrar uma justificação que poderia parecer objetiva.

Eu não vou negar que na minha idade, depois de ter celebrado a Missa todos os dias por mais de cinquenta anos, ao invés de experimentar a amargura, eu compreendo os antigos - sacerdotes e fiéis - que, hoje, se encontram desorientados diante das novas regras, e cordialmente me compadeço deles.

Mas está bem claro que isto não deve nos impedir. Os frutos da reforma, já anunciados por São Pio X com estas palavras inesquecíveis: "A participação ativa na liturgia é a fonte primeira e insubstituível do espírito evangélico entre os povos", recompensarão abundantemente os sacrifícios atuais. Estes sacrifícios se fazem menos penosos, sobre o plano humano, em razão do ritmo atual da vida que por toda parte se vai acelerando, como qualquer um o vê.

AQUELES QUE VÃO LONGE DEMAIS

Falamos agora de um outro gênero de reação que, além da reforma parcial que entra em vigor no dia 07 de março, diz respeito a toda a reforma litúrgica e até à atividade litúrgica da Igreja.

À primeira vista, este gênero de reação é positivo, pois ela acolhe as reformas introduzidas ou se aplica a um trabalho de estudo. Nós a julgamos todavia negativa porque ela tem a tendência de ir longe demais, de suplantar a autoridade da Igreja e, de alguma forma, de forçar-lhe a mão.

Esta forma de reação manifesta-se de uma maneira esporádica um pouco por toda parte. Pelo fato da Igreja, pelo trabalho refletido do Concílio e dos organismos competentes e autorizados, ter empreendido a revisão e o retoque dos ritos sagrados a fim de que os fiéis pudessem mais facilmente deles participar de uma forma consciente e ativa, e que a ação pastoral se tornasse mais eficaz, parece que indivíduos e grupos - com intenções excelentes, certamente, mas não sem pretensões - se sentiram chamados a introduzir, de seu próprio arbítrio, novidades que estimam oportunas do ponto de vista pastoral. É assim que, pelo mundo afora, viu-se quem recitasse todo o cânon em alta voz, outros o recitarem com o povo na língua do país. Noutro lugar, distribui-se a Comunhão depositando a hóstia entre as mãos abertas dos fiéis, etc.

Poder-se-ia pensar que fantasias deste gênero, onde se trata de casos isolados, são devidas a uma falta de equilíbrio. Mas o que pensar de onde elas se tornam fenômenos coletivos, orientações tomadas por grupos ou comunidades?

Tanto num caso como no outro, deploráveis, criam-se divisões lá onde a unidade deveria manifestar-se igualmente de forma exterior.

O fato de suplantar a autoridade da Igreja construído em teoria

O que é todavia mais penoso, é que se constrói em teoria, na busca de justificativas doutrinárias, o fato de suplantar a autoridade da Igreja e de a substituir por interpretações emanadas por indivíduos ou grupos.

É extremamente doloroso ter que dizê-lo, mas consideramos que é nosso dever e que não podemos, por nosso silêncio, deixar que alguém tome os caminhos errados, negativos, sem o tentarmos afastar ou ao menos chamar-lhe a atenção.

Nós o repetimos, é-nos bastante doloroso dizê-lo, porque - para citar os fatos concretos - foi sempre com interesse, e até muitas vezes com admiração, que temos lido tantas páginas da revista *Paróquia e liturgia*, a qual, recentemente, encorajou este gênero de orientações. E, sobretudo, temos tido sempre - e sempre conservamos - uma profunda veneração pela abadia de Santo André de Bruges, onde esta revista é publicada. Trata-se de uma das maiores abadias belgas que, sob diferentes direções, mas com profundidade e fervor iguais, realizam no mundo a preciosa missão da vida monástica. Mas não podemos deixar de, com amargura, perceber o tamanho do erro, por sua vez prático e teórico, de uma atitude onde a experiência pastoral imediatamente passa adiante das diretivas litúrgicas da hierarquia. E esta posição se fundamenta no pressuposto gratuito de que as diretivas da Constituição sobre a liturgia e a da Instrução (e manifestamente de outras diretivas da autoridade) são fruto apenas de estudos teóricos, e não de um contato refletido e pleno de amor para com a atividade pastoral.

Os Padres do Concílio acusados de não ter experiência pastoral

É desta forma, com efeito, que afirmam que os Padres conciliares, e os bispos de um modo geral, vêm de organizações católicas e não do ministério pastoral. Ora, isto já é falso, posto que a maioria dos Padres que aprovaram a Constituição, como a quase totalidade dos conselheiros que votaram a Instrução, vêm do ministério paroquial, e como o restante este que vos fala; e exercem no episcopado esta *cura animarum*, que é

sollicitudo, não somente *omnium Ecclesiarum*, mas com cada um dos fiéis. "Quem é fraco, que eu não seja fraco? Quem sofre escândalo, que eu não me consuma de dor?" (2Cor 11,29)

Mas, sobretudo, não se pode e nem se deve de forma alguma considerar o apostolado nas organizações católicas, sejam quais forem, como algo que está fora da pastoral viva e autêntica. Devemos mesmo afirmar claramente que, se na comunidade paroquial, muitas vezes amorfa e indiferente, um apostolado vivo é possível, uma pastoral fervorosa e ativa é praticável, é somente graças ao concurso deste grupo de militantes que, seguindo o pensamento constante da Igreja - de São Paulo até Paulo VI - "são nossos colaboradores no Evangelho, e cujos nomes estão inscritos no Livro da Vida" (Fl 4,3).

Apoiar-se num tal pressuposto para justificar, em matéria de liturgia, uma obediência limitada e mal esclarecida à autoridade, é evidentemente falso: a comunidade paroquial ou diocesana, campo de ação pastoral, não se pode conceber, e hoje menos que nunca, sem o fermento dos militantes que são verdadeiramente "sal e luz" na comunidade.

É, portanto, fundamentalmente falso dizer que faltam experiência e espírito pastoral aos bispos advindos das obras e dos movimentos católicos.

Mas, como dissemos, além dos digníssimos Padres, em quem a experiência se apoia numa base maior, mesmo em domínios específicos, numerosos bispos experimentaram primeiro a solicitude cotidiana do ministério paroquial, antes daquela que se estende ao plano diocesano.

A experiência pastoral individual não pode suplantar a pastoral do bispo

Mas não são somente os dados do pressuposto que são falsos, é também o conceito sobre o qual eles se apoiam.

Dizer que a autoridade do superior - do bispo igualmente - se limita a designar um campo de atividade, e que deve em seguida deixar à diligência, à inteligência e à livre atividade do presbítero, o cuidado de buscar e aplicar os métodos, os meios e as formas sobre os quais o ministério deve se realizar, é no mínimo um excesso. O que é então o bispo? É somente aquele que aponta tarefas cuja execução está nas mãos de outros? Era esta a função de Paulo em suas Igrejas? Tem sido essa a única missão dos grandes bispos? A válida experiência pastoral e as válidas sugestões que ela pode doar são reservadas aos executores imediatos e não àqueles que "o Espírito Santo constituiu como dirigentes para pastorear a Igreja de Deus" (At 20,28) e àquele a quem foi dito "Apascenta os meus cordeiros. Apascenta as minhas ovelhas" (Jo 21,15.16)? Todos seriam pastores, com exceção daqueles que o Cristo instituiu como pastores?

Na verdade, percebe-se aí a excessiva importância dada à experiência pastoral individual; é preciso recorrer ao presbitério como ao intermediário eficaz entre o contato das almas com o bispo.

Nós certamente não subestimamos a contribuição que a experiência coletiva dos presbíteros pode oferecer à apreciação do bispo; dado nosso apego à literatura cristã dos primeiros séculos e, particularmente, às cartas de Santo Inácio, como não compreenderíamos com amor a colaboração harmoniosa de um presbitério comunitário e de acordo com o bispo? Continua sendo verdade que a responsabilidade de apascentar e as graças ligadas a isso pertencem sempre àquele que "o Mestre constituiu sobre os de sua família, para dar-lhes o alimento no momento oportuno": é ele que deve "vigiar" para que se faça cumprir a obra de evangelizador, pregar a Palavra "oportuna e inoportunamente" com a "perseverança e a doutrina"; é sobre o "ano de cada Igreja" que está a responsabilidade pela comunidade eclesial; ele procura e deve procurar atentamente toda contribuição que lhe possa vir sobretudo de seus colaboradores na evangelização; mas a *opus evangelistae* está a cargo dele.

Não podemos considerar uma pastoral da base que substitua, de qualquer forma, a pastoral do pastor; isto seria não compreender o desígnio de Cristo na constituição de sua Igreja, desígnio sobre o qual as páginas da *De Ecclesia* lançou uma luz tão grande e tão viva.²

Unidade e flexibilidade da Liturgia

Não tratamos mais que de uma liturgia que, por ser a alma e a inspiradora da ação pastoral, deveria se subtrair a uma disciplina. É indubitavelmente verdade que a alma da pastoral é a liturgia, o cume das atividades da Igreja e fonte de suas energias. É igualmente verdade que as atividades pastorais podem e devem revestir-se de diversas atitudes e formas correspondentes à diversidade dos ambientes e das exigências. "Fiz-me tudo para

² N.T. Creio tratar-se da Constituição Dogmática sobre a Igreja, do Concílio Vaticano II, a "Lumen Gentium".

todos, a fim de salvar a todos" (1Cor 9,22). Mas, pelo contrário, é também certo que a variedade dos meios de abordagem pastoral deve se fundir igualmente sobre a unidade da ação litúrgica, donde ela tira sua inspiração e onde ela encontra, alimentado pela *Sacramentum unitatis* e expresso pelo elo da fé e da disciplina comuns, o elo perfeito da caridade que une os membros do Corpo místico de Cristo, não obstante as diferenças dos ministérios.

Por outro lado, parece-me, não se chamou atenção suficiente para uma das mais vigorosas afirmações da Constituição conciliar, aquela relativa à "flexibilidade" da liturgia, isto é, a possibilidade de adaptar-lhe as formas exteriores às exigências particulares dos diferentes ambientes, culturas e civilizações; mas, sempre, naturalmente, após exame da hierarquia local - da "autoridade territorial competente" - e sob o controle daquele que leva o jugo supremo e sumamente pastoral de "apascentar cordeiros e ovelhas".

Aí, portanto, há lugar para uma valorização das experiências pastorais úteis, porém nessa obediência onde não se pode fazer abstração, dado que foi o Cristo, único pastor, quem instituiu na sua Igreja aquele que tem o poder de ligar e desligar.

Em seguida, a cooperação harmoniosa na disciplina do presbitério com o bispo, dos bispos reunidos em Conferência episcopal, e de todos com Pedro em nada prejudicará o frescor, a eficácia constante das experiências pastorais em contato com a vida, mas impedirá o capricho descontrolado, a diversidade das expressões injustificadas, e o perigo de que, por sua vez, os leigos firmes de sua inserção maior na vida e na sociedade, se sintam menos autenticamente "povo" e "família de Deus" e murmurem, como os israelitas, contra Moisés e Aarão.

A unidade não impedirá e nem sufocará a variedade, mas ela se exprimirá na variedade que impede aquilo que se torna dispersão.

E a obediência cristã, que é uma virtude de filhos e não de escravos, sendo uma expressão de caridade, será igualmente um elo e uma garantia de união e de unidade.

Temos insistido um pouco sobre essas questões para advertir todo o mundo contra as atitudes pessoais ou arbitrárias e, sobretudo, para que consideremos que nada cria tanto obstáculo a uma eficaz aplicação da reforma litúrgica quanto a tentativa talvez involuntária e inconsciente - mas sobretudo se é refletida e deliberada - de violar a disciplina da Igreja.

Com efeito, as reticências de algumas pessoas diante da reforma nos entristecem, certamente, ainda que elas nos preocupem menos na medida em que se trata de fenômenos destinados a cair ou desaparecer com as gerações. Mas a falta de disciplina, sobretudo se é intencional e aparentemente razoável, pode dar lugar a uma paralisia, ainda quando não corre o risco de cair em desvios amargos e perigosos. De toda forma, ela jamais é fecunda, mesmo pelos efeitos que se apresentam diretamente.

Cabe a vós, sobretudo, nossos fidelíssimos cooperadores, não somente aplicar a reforma prescrita com uma fidelidade escrupulosa, mas ainda de sensibilizar vossos fiéis e sobretudo de estudar-lhe o espírito e de levar-lhe a luz às almas.

Não vos esqueçais da afirmação da Constituição Conciliar: "A Liturgia, pela qual, especialmente no sacrifício eucarístico, se opera o fruto da nossa Redenção, contribui em sumo grau para que os fiéis expressem na vida e manifestem aos outros o mistério de Cristo e a autêntica natureza da verdadeira Igreja" (Const. 2).

Fonte: <http://www.sacrosanctum-concilium.org/textes/dc/1965/605/605.php>

Tradução livre do francês por Luís Augusto Rodrigues Domingues.

Associação
REDEMPTIONIS
SACRAMENTVM

Pela Liturgia reverente em ambas as Formas do Rito Romano

Teresina – Piauí – Brasil

ars-the.blogspot.com

ars.the@gmail.com